

HISTÓRIA, CULTURA E INTOLERÂNCIA ACERCA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO BRASIL

Wéllia Pimentel Santos¹

DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v2i1.9542>

Resumo:

As religiões de matrizes africanas são parte da diversidade religiosa do Brasil. Dentre algumas dessas manifestações, que tem como referência a cultura trazida pelos africanos durante mais de 300 anos de escravidão estão o cabula, o catimbó, a quimbanda e, principalmente, a umbanda e o candomblé, que se propagaram com mais intensidade pelo Brasil. Desde sua chegada ao país estes praticantes foram alvos de perseguições por manifestarem a sua fé, mas, ainda hoje, os episódios de intolerância religiosa fazem parte do cotidiano dessas pessoas. Nesse contexto, este artigo destaca essas manifestações brasileiras e sua forte ligação com a África, convergindo-se para as causas dessa intolerância. Para tanto, a metodologia aplicada ao trabalho se atreve a um estudo descritivo do tipo revisão bibliográfica, que se respaldou em literaturas científicas, trabalhos acadêmicos referenciados que tentam responder a tais reflexões, sendo que os resultados obtidos respondem satisfatoriamente à proposta da pesquisa em foco.

Palavras-chave: Intolerância; religião; África; Brasil.

HISTORIA, CULTURA E INTOLERANCIA ACERCA DE LAS RELIGIONES DE MATRICES AFRICANAS EN BRASIL

Resumen:

Las religiones de matrices africanas son parte de la diversidad religiosa de Brasil. Entre algunas de esas manifestaciones, que tienen como referencia la cultura traída por los africanos durante mas de 300 años de esclavitud, se encuentran el cabula, el catimbó, la quimbanda y, principalmente, la umbanda y el candomblé, que se propagaron con mas intensidad por todo Brasil. Desde su llegada al país, estos practicantes fueron blancos de persecuciones por manifestar su fe, y, todavía hoy, los episodios de intolerancia religiosa hacen parte del cotidiano de las personas. En este contexto, este artículo destaca esas manifestaciones brasileiras y su fuerte vínculo con áfrica, centrándose en

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM/Diamantina-MG. Mestre em Ensino em Saúde (UFVJM); Especialista em Criminología (PUC-MG); Graduação em Letras-Inglês (UFVJM), Bacharela em Humanidades (UFVJM) e Serviço Social. Integrante do grupo de pesquisa Educação Popular em Saúde (UFVJM). welliapimentel@hotmail.com

las causas de esa intolerancia. Para tanto, la metodología aplicada al trabajo se atiene a un estudio descriptivo de tipo revisión bibliográfica, que se respaldó en literaturas científicas, trabajos académicos referenciados que intentan responder a tales reflexiones, siendo que los resultados obtenidos responden satisfactoriamente a propuesta de investigación en cuestión.

Palabras clave: Intolerancia; religión; África; Brasil.

“A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária” (Darcy Ribeiro).

Introdução

Teoricamente, a fé se vincula ao ideário de prover alívio, conforto, paz e, de modo geral, a maior parte das religiões possui em seus princípios a defesa do amor.

Convergente a isso, a intolerância religiosa vem se tornando uma atitude recorrente na sociedade brasileira. É crime, previsto pela Constituição Federal, desde 1997. O crime não permite fiança e é também imprescritível, mas apesar de ser previsto em lei, na atualidade brasileira, casos de discriminação vem ultrapassando o nível simbólico, chegando a causar mortes²

A Constituição também assegura a liberdade de expressão, o que admite questionamentos ou críticas aos dogmas religiosos. Porém, ofensas, agressões e injúrias, por motivo de crenças religiosas, ultrapassam essa liberdade, sendo, então, considerados crimes tipificados.

Neste percurso traçado, alguns questionamentos podem ser apontados, dentre eles: Por que num país multifacetado como o Brasil é tão recorrente casos de intolerância religiosa? Quais os interesses existentes por detrás disso?

O art. XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos explicita que:

² Segundo levantamento do Disque 100, canal que reúne denúncias, houve 1.486, dentre o ano de 2015 ao primeiro semestre de 2017, Entre os Estados com o maior número de ocorrências informadas estão: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Contudo a intolerância também ocorre em outros estados como o de Goiás. Entre as maiores vítimas da intolerância estão as religiões de matriz africana com 39% das denúncias. No ranking estão umbanda (26 casos), candomblé (22). Em seguida, vêm a católica (17) e a evangélica (14). As informações são do jornal O Estado de S. Paulo. (Acesso em: 10 abr. 2018).

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (Declaração Universal dos Direitos Humanos – Art. XVIII).

A partir deste marco conceitual básico, nota-se que essa não é só uma norma prevista pela Constituição Federal, é uma demanda imprescindível que necessita ser debatida em caráter internacional, haja vista que uma sociedade de direito deve zelar pela pluralidade de religiões. Destarte, este não é um consenso ideológico e conta, por sua vez, com inúmeros desafios.

Colocado no oposto à despersonalização democrática, a cultura afro-brasileira tende a ser, recorrentemente, criminalizada, seja do ponto de vista da religiosidade ou a partir de aspectos ligados à cultura, assim como o samba de roda do recôncavo baiano e a roda de capoeira³, símbolos do movimento histórico-cultural brasileiro que somente no final do ano de 2014 foram concebidos como patrimônio cultural imaterial da nação pelo IPHAN, posteriormente reconhecidos com patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO (UNESCO, 2014).

Neste contexto, cumpre assinalar o processo de construção eugênica⁴ introduzido no país, nas primeiras décadas do século XX, no qual convergia-se ao interesse de construção de uma “outra” realidade nacional, apregoada pelo, então, atraso civilizacional, o que pressupunha incutir os valores ‘brancos’, valores estes ligados à tentativa de implantação de uma cultura europeizada que, por sua vez, tende a gerar o estigma a todas as práticas religiosas que não apresentam correlação a esse modelo.

³ A capoeira é uma manifestação cultural afro-brasileira criada pelos negros escravos como forma de luta contra a opressão, luta esta que se travou no plano físico e cultural. Em seu universo simbólico e motor encontramos elementos, tais como a musicalidade, a religiosidade, movimentos acrobáticos, dentre outros, que a tornam bastante peculiar. A capoeira é plural, e nela o lúdico e o combativo interpenetram-se, caracterizando-a como jogo, luta e dança (SILVA, 2002, p. 02).

⁴ O movimento eugenico brasileiro é um caso particularmente interessante de estudo de ciência e ideologia social. De um lado, a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe. Isso porque concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra ‘raça’ invariavelmente, no singular, para referir-se ao ‘povo brasileiro’, na esfera privada ela significava a ‘raça negra’ (STEPAN, 2004, p. 355-356).

É compreensível, assim, num país heterogêneo como o Brasil, pautado por um processo histórico peculiar, com aguda exaltação aos valores europeizados e, contradiatoriamente, um país mestiço⁵ em sua origem, a importância em se analisar os fatores que levam a intolerância religiosa ser ainda tão latente.

Devido às inúmeras polêmicas em torno das discussões religiosas, o convívio entre diferentes religiões necessita ainda ser mais amplamente discutido, além do que, com a recente extinção da Secretaria de Direitos Humanos⁶, por parte da presidência interina, torna-se ainda mais significativa a sensibilização de todos, religiosos ou não.

Associando-se a esses ideais, esta pesquisa traçará argumentos em torno da desconstrução acerca dos olhares preconceituosos que existem, não só pelo povo e continente, mas, principalmente, acerca das religiões de matrizes africanas, que, dentre todo um panorama histórico, foram e ainda tendem a ser taxadas, com expressões associadas à prática e ao universo da “magia”, ou ainda, “ideários de feitiçarias” de natureza maléfica, o que implica, serem renegadas no processo de construção histórica do Brasil quando, na realidade, o continente africano contribuiu, imperativamente, para o processo de construção histórica deste país.

⁵ A noção de mestiço ou mestiçagem tornou-se muito recorrente no momento de constituição de algumas áreas da produção intelectual e acadêmica no Brasil da passagem do século XIX para o século XX, guiando as análises e ações desta produção. Fundada nas teorias raciais, no determinismo biológico, a noção de mestiço foi utilizada por disciplinas como a história, a antropologia, o direito, a medicina, nos movimentos aqui designados como de conhecer, regularizar e curar o Brasil e o brasileiro.... Todavia, o mestiço não constitui uma realidade atemporal que teria sido descoberta pela produção intelectual, mas um objeto cuja realidade e significado condicionam-se por questões histórico-sociais específicas do contexto de ruptura e continuidade que caracteriza a implantação do regime republicano no Brasil (LIMA, 1994, p. 06).

⁶ A Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016 estabelece a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios que compõem o governo federal. O documento informa a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, cujas competências foram transferidas para o recém criado Ministério da Justiça e Cidadania. Os artigos 9 e 10 da Medida Provisória determinam que o acervo patrimonial e o quadro de servidores efetivos dos órgãos e entidades extintos serão repassados aos órgãos que os absorveram, além dos direitos, créditos e obrigações, atos administrativos ou contratos, bem como as respectivas receitas e despesas. De acordo com o artigo 29 da MP, inciso XIV, o Ministério da Justiça e da Cidadania será composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Juventude, além daquelas que contemplarão as atribuições do extinto Ministério da Justiça (Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/medida-provisoria-estabelece-nova-organizacao-dos-ministerios-2>. Acesso em 11 de abr. de 2018).

Culturas africanas e construção da religiosidade

A África está muito presente no seio da construção da religiosidade. Em paralelo a isso, tal fato não é tão difundido no imaginário popular, ao ponto que, Moisés, líder religioso, segundo preceitos bíblicos, legislador e profeta, descendente africano que nasceu no Egito, se transformou na referência de um passado branco, forjado por uma disputa de legitimação de identidades, sobretudo, a partir dos padrões europeizados, sendo que, na realidade, resultados de pesquisas arqueológicas afluem para inúmeras evidências de que os egípcios eram negros. Neste sentido, Shohat argumenta:

Se existissem ‘provas’ científicas de que os negros são biologicamente inferiores, como poderíamos explicar o Egito antigo, inconveniente localizado no continente africano? Havia duas, ou melhor, três soluções. A primeira era negar que os antigos egípcios eram negros; a segunda era negar que os antigos egípcios haviam criado uma civilização; a terceira era negar ambas as hipóteses. Foi essa a alternativa favorita da maioria dos historiadores dos séculos XIX e XX (BERNAL apud SHOHAT, 2006, p. 92).

Seguindo a trilha aberta por Shohat, Benjamim (1994) nos preceitua que, articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi".

Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento (BENJAMIN, 1994, p. 06).

Igualmente, percebe-se uma forte tensão racial existente desde a Antiguidade Clássica, ainda que a construção do conceito “racismo” tenha surgido no século XIX, envolvendo uma boa dose de prestígio cultural. Quando converge-se esse ideário histórico para a civilização ocidental, tem-se, por volta do século XVI, os primeiros povos africanos que vieram para o Brasil, espalhados em todo o território, logo depois da vinda dos portugueses, trazidos para trabalhar e servir nas grandes plantações e nas cidades. Não obstante,

Eles e seus descendentes fizeram muito mais do que plantar, explorar as minas e produzir riquezas materiais. Os africanos para aqui trazidos como escravos tiveram um papel civilizador, foram elementos ativos,

criadores, visto que transmitiram à sociedade, em formação, elementos valiosos da sua cultura. Muitas das práticas da criação de gado eram de origem africana. A mineração do ferro no Brasil foi aprendida dos africanos. Com eles a língua portuguesa não apenas incorporou novas palavras, como ganhou maior espontaneidade e leveza. Enfim, podemos afirmar que o tráfico fora feito para escravizar os africanos, mas terminou também africanizando o Brasil (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 43).

Ressalta-se, assim, que a língua é um dos reflexos que permearam a cultura brasileira, além disso, somos também herdeiros de hábitos, costumes de influência, tanto dos ancestrais indígenas, como de africanos.

Já entre o final do século XVIII e início do século XIX e, até mesmo, após a proibição do tráfico de escravos, vieram para o Brasil os povos sudaneses, originários de Benin, Costa do Marfim, Gana, Mali, Nigéria, Togo. Este grupo étnico-cultural falava língua semelhante, apresentavam hábitos ou religiões análogas e, por sua vez, trouxeram para o Brasil o candomblé⁷. Todavia, a cultura africana foi difícil de ser preservada devido ao fato de que o escravo chegou ao território brasileiro em péssimas condições, pouca expectativa de vida, espalhados por todo o litoral, sem agrupamentos, e trabalhando em domínios rurais.

No que tange às primeiras missões jesuíticas que aportaram ao Brasil, estas aliavam-se aos interesses da Coroa Portuguesa cujo intuito se pautava na conversão de escravos e índios, buscando introduzir o cristianismo e um modo de vida europeizado. Neste sentido, Fausto (2002, p. 49), ao versar sobre os índios, corrobora que: "constituuiu no esforço de transformar os índios, através do ensino, em "bons" cristãos, significava também adquirir os hábitos de trabalhos dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da colônia".

Do mesmo modo, Serafim Leite também complementa:

Os Escravos Negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, e claro está que os senhores não os compravam para os mandar aos estudos e fazer deles bachareis ou Sacerdotes. A instrução ou educação, que lhes permitiam, essa, e mais do que essa, lhes ensinava a Igreja. E a Igreja foi a única educadora do Brasil até ao final do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do Clero Secular e do Clero Regular, que possuíam casas no Brasil (LEITE, 1945, p. 144).

⁷ O que é chamado genericamente de Candomblé é uma religião de síntese que foi constituída no Brasil, como "resultado da reelaboração de diversas culturas africanas, produto de várias afiliações". Isso implica, portanto, na existência de vários Candomblés (Angola, Congo, Efan, Jêje-Nagô etc.), que comumente são chamados de "nações" (CARVALHO, 2005, p.120).

O autor explicita a empreitada educacional jesuítica, destinada aos filhos dos negros, escravos nessas propriedades agrárias com os seguintes atos:

E o que ela [Companhia de Jesus] fez pela catequese e elevação moral dos Escravos, além do proverbial bom trato que lhes dava, afere-se por este tríplice fato: foi um jesuíta o P. Pero Dias, Apóstolo dos Negros do Brasil, que escreveu a Arte da Língua de Angola com o propósito deliberado de melhor os amparar e servir; fundou-se nos Colégios o apostolado do mar à chegada dos navios de África; e multiplicaram-se, a favor dos Negros dos Engenhos e Fazendas, as missões discurrentes, saídas dos Colégios de cada região, em toda a extensão do Brasil (LEITE, 1945, p. 144-145).

Ainda descrevendo o processo catequético, Hoornaert explicita que: “os africanos foram, pois, catequizados, não através de um sistema especial como nos aldeamentos indígenas, mas nas próprias fazendas ou casas, nas quais serviam como escravos. Sua catequese era uma catequese de escravos” (HOORNAERT, 1979, p. 337).

Com efeito, percebe-se que tais missões se encontravam em perfeita sintonia aos interesses coloniais defendidos pela burguesia mercantil, o que não é de admirar que o Brasil vivesse mais de 350 anos de escravidão e a ampla maioria dessa população sendo composta por africanos escravizados. Conforme nos preceitua Albuquerque, “a escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 67-68).

Neste panorama, após a abolição da escravatura e a instauração da República enquanto novo sistema político há todo um movimento eugenista que cresce no Brasil, de modo a validar a segregação hierárquica, excluindo negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos, fomentando, assim, o predomínio da raça branca no país.

Conforme Stepan, um dos fatores do surgimento da eugenia no país se deve como resposta

As prementes questões nacionais às quais os brasileiros se referiam em 1920 como ‘a questão social’: as aterrorizantes miséria e falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e mulata. O Brasil fora o último país do hemisfério a abolir a escravidão: 30 anos antes, em 1888, os últimos 700 mil escravos haviam sido emancipados. Em um país que então passava por rápidas mudanças sociais e econômicas, os ex-escravos foram abandonados à própria sorte, sem educação ou recompensa. Muitos juntaram-se à corrente migratória dos pobres sem profissão que fugiam para as cidades, onde competiam em condições desfavoráveis por empregos com mais de

um milhão e meio de imigrantes brancos que entraram no país entre 1890 e 1920 (STEPAN, 2004, p. 336).

Tão incontestado, em realidade, que a relação entre catolicismo, igreja, cotidiano brasileiro, costumes, família, instituições, é uma relação que tende a se estabelecer aos poucos na própria história do Brasil. A prática do catolicismo, de forma mais ortodoxa, não é tão disseminada quanto à presença do catolicismo romano na vida cotidiana do brasileiro, fazendo parte, naturalmente, dos costumes do povo. Com isso, a igreja não influenciou somente a crença e a cultura dos brasileiros, mas esteve também presente em momentos importantes da história do país exercendo um importante papel político.

Embora se constitua em fator de poder, a Igreja, diferentemente do passado, não busca exercê-lo de forma direta. E, mesmo que o buscassem, possivelmente não conseguiria, diante da consolidação do processo democrático e do pluralismo religioso, no conjunto da sociedade. Age, porém, de modo a influir na política e nas políticas, com base em sua mensagem religiosa e sociopolítica. Em segundo lugar, esse papel é resultante de todo um processo ideológico e histórico de construção de uma identidade específica e própria da Igreja, no Brasil e na América Latina (AZEVEDO, 2004, p. 118).

Deve-se registrar ainda que, os territórios afro-religiosos podem, então, ser caracterizados enquanto simbolismos de resistência, pós-escravidão, pois neste momento, os negros foram soltos e entregues à própria sorte e o terreiro manteve certa unidade onde, inclusive houve a preservação da língua iorubá⁸.

Religiões afro-brasileiras: origem e características

O continente africano é composto por várias etnias, dentre elas, tem-se o Congo, Angola, Nigéria e Benim que originaram religiosidades plurais. Em cada um desses países existia uma forma específica de manifestação da fé, haja vista que não existe uma forma tipicamente africana, mas a junção de elementos de distintos lugares, simultaneamente. Nesta perspectiva, cada etnia detinha autonomia em relação ao seu culto, e o próprio sacerdote entrava em contato com seus orixás, suas entidades.

⁸ O iorubá é uma língua única, constituída por um grupo de falares regionais concentrados no sudoeste da Nigéria (ijexá, oiô, ifé, ondô, etc.) e no antigo Reino de Queto (Ketu), hoje, no Benim, onde é chamada de nagô, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil (CASTRO, 2012, p. 03).

Essa onipresença no modo de viver dos povos africanos dava à religião tradicional um caráter global, no contexto da cultura de onde se tinha originado. Estava baseada em uma visão particular de mundo, que não incluía somente a percepção do sobrenatural, mas também a compreensão da natureza do universo, dos seres humanos e do seu lugar no mundo, assim como a compreensão da natureza de Deus, cujo nome variava de uma região para outra (UNESCO, 2010, p. 592).

No que tange à revelação africana, esta se dava de forma contínua, diferentemente da revelação associada aos colonizadores, ou seja, uma revelação baseada nas grandes religiões, na qual todo conhecimento foi engessado, disposto em livros sagrados, tais como: a bíblia, a Torá, o Alcorão e, portanto, escrituras religiosas que dispunham como o fiel deve agir em relação à religião.

Essencialmente espírito, Deus não possuía imagens nem representações físicas:

Era o criador e o pilar do mundo. Poder, justiça, beneficência e eternidade eram atributos dele e, como fonte de todo o poder, governava a vida e a morte. Deus recompensava os homens, mas também os castigava quando agiam mal. De mil maneiras o comparavam a um suserano da sociedade, e o consideravam como autoridade última em todos os domínios. De forma geral, Deus não se assemelhava aos seres humanos e era totalmente superior à sua criação, mas, ao mesmo tempo, envolvia-se nos negócios dos homens, sustentando a criação e defendendo a ordem moral, assim como os seres humanos repousavam sobre ele enquanto poder que lhes era superior. Deus, portanto, era ao mesmo tempo transcendente e imanente (UNESCO, 2010, p. 592).

Já o conhecimento estava ligado, cotidianamente, ao modo de viver desse povo, o que implica estar sempre respondendo às demandas que surgem em cada lugar ou etnia. Como nos preceitua a UNESCO (2010), a concepção geral do homem era que o ser humano compõe-se de substância material e de substância imaterial.

A parte imaterial (a alma) sobrevive à morte e a parte material (o corpo) se desintegra. A morte, portanto, não significa o fim da vida: é antes a continuidade e a extensão da vida. Os mortos permanecem membros da sociedade e se acredita que exista, ao lado da comunidade dos vivos, uma comunidade dos mortos. Entre ambas ocorre uma relação simbiótica. A sociedade humana, portanto, é uma família unida, composta pelos mortos, pelos vivos e por aqueles que ainda não nasceram (UNESCO, 2010, p. 592).

No continente africano uma atitude individual pode reverberar e fazer com que toda a comunidade seja afetada. A este propósito, a responsabilidade dessa convivência é muito importante, uma vez que ela reverbera em toda a coletividade. Não obstante, o

princípio africano preza sempre pela coletividade de todos aqueles que estão envolvidos em determinado ritual, diferentemente da salvação através da individualidade ocidental em que a pessoa por si só é salva.

No que respeita à relação do homem com a sociedade, ser humano significava pertencer a uma comunidade. Isso implicava participação em crenças, cerimônias, rituais e festas: a participação comunitária tinha mais valor do que a participação individual. De fato, a sociedade estava fundada mais nas obrigações do que nos direitos individuais, e o indivíduo afirmava seus direitos no exercício dessas obrigações, o que transformava a sociedade numa vasta malha de relações. Além disso, a vida humana era considerada e compreendida como um ciclo de nascimento, casamento, procriação, morte e vida pós-morte. O indivíduo nunca se fixava em uma etapa da existência: tinha necessariamente de passar à seguinte e, para tornar a transição mais fácil, eram cumpridos ritos especiais para garantir que nenhuma ruptura se produzisse, que o movimento e a regeneração se dessem perpetuamente (UNESCO, 2010, p. 592).

Nesta perspectiva, no século XIX, com a instauração do domínio colonial europeu sobre o continente africano, os exploradores se depararam com uma comunidade 'povoada por deuses'. Pelo lado europeu um deus e uma fé, pelo lado africano, vários deuses com diferentes possibilidades de crenças. Nestes pressupostos (a religião africana tradicional inextricavelmente ligada à cultura africana) padeceu pela imposição cultural por parte dos europeus que determinavam o que era ou não aceito como religiosidade.

Por outro lado, malgrado o progresso europeu em sua imposição cultural, fundamentaram-se no postulado de que, para implantar o progresso, era preciso transformar ou mesmo destruir por completo a cultura africana (UNESCO, 2010). Assim sendo, "é fácil perceber que a política colonial europeia podia chocar-se violentamente com princípios da religião tradicional, que constituíam as próprias bases da sociedade africana" (UNESCO, 2010, p. 597). Isto posto, percebe-se que desde o princípio, a religião tradicional viu-se submetida ao desafio da sobrevivência e da necessidade de se fortalecer (UNESCO, 2010).

Já quando aproximamos essa ancestralidade africana da construção histórica brasileira, temos, dentre a inserção de religiões de matrizes africanas⁹, especialmente,

⁹ Religiões de matrizes africanas podem ser consideradas como todas as expressões religiosas em que existe algum tipo de transe ou possessão mediúnica (de orixá, inquice, vodum ou ancestral) e rituais de iniciação, públicos ou privados, envolvendo a comunidade com cânticos e danças, ao som de instrumentos de percussão, comandadas por um/a ou mais de um sacerdote ou sacerdotisa,

o candomblé enquanto uma das religiões na qual são cultuadas divindades de origens diversas, identificadas por meio dos elementos da natureza, com sentimentos e emoções e, ainda, por meio de processos sincréticos, a partir da relação com a igreja católica – o cristianismo, da sua relação com cultos, vivências, saberes e a própria cultura indígena já existente no país.

Ressaltamos que este culto da forma como aqui é praticado não existe na África, o que existe lá é o que chamamos de culto à orisá , ou seja cada região africana cultua um orisá, portanto a palavra candomblé foi uma forma de denominar as reuniões feitas pelos escravos para cultuar seus deuses, pois também era comum no Brasil chamar as festas ou reuniões de negros de Candomblé, devido seu significado em iorubá (NASCIMENTO, 2010, p. 935).

Já a Umbanda é a única religião criada no Brasil, fundada em 1917 na cidade de Niterói. Além de sua constituição candomblecista ou africanista, a religião promove outras relações, com o misticismo, de uma forma geral, com valores ciganos, kardecistas, hinduístas, muitas vezes, criando também outras liturgias.

A Umbanda é criada num contexto de valorização do “ser brasileiro”, patrocinou a integração no plano mítico de todas as classes sociais, especialmente as excluídas, apresentando uma nova visão distinta da prevalência dos valores dominantes da classe média (catolicismo e posteriormente Kardecismo), com maior abertura às formas populares afro-brasileiras, depurando-as a favor de uma mediação no plano religioso, que representou a convivência das três raças brasileiras (NASCIMENTO, 2010, p. 937).

Conta-se, assim, com umbandas, no Brasil, mais africanistas ou africanizadas. Têm-se umbandas mais kardequizadas, ou seja, onde as práticas estão mais alinhadas com a religião kardescista, espírita. E têm-se ainda umbandas mais místicas, na qual o culto oriental, aos deuses e personalidades egípcias, hinduístas também é reconhecido. Desta forma, a Umbanda se destaca "pelo desejo dos brancos, em sua maioria de classe média urbana, de um modelo de religião nacional" (NASCIMENTO, 2010, p. 939).

São, portanto, religiões que remontam em suas origens ao culto às entidades africanas, dando ênfase às suas características culturais. Tudo isso, denota o dinamismo da religiosidade desse povo e a dificuldade de seus adeptos em encontrar uma religião que seja considerada única, ou ainda, certa ou errada.

amparado/a por um tipo de oráculo africano, bem como mitos e histórias africanas (SANTOS, 2010, p. 52-53).

Intolerância religiosa: uma realidade brasileira

A alusão ao termo ‘intolerância’ estabelece um processo de hierarquização, pois não se precisa tolerar é necessário o respeito à diversidade nas suas mais variadas expressões de fé. Nesses preceitos, apesar de toda a influência africana, a intolerância religiosa vem se perpetrando na sociedade brasileira.

Segundo o Mapa da Intolerância Religiosa, no Brasil, país de maioria cristã, os principais alvos de intolerância são as religiões afro-brasileiras, tais como o candomblé e a umbanda (GUALBERTO, 2012). E um dos grandes problemas da contemporaneidade que convergem para isso é a ‘demonização’ destas religiões.

Todavia, Santos (2012) questiona o motivo de escolha dessas religiões como principal alvo de ataque. Nas palavras do autor:

Será que uma igreja tão organizada e com um apurado tino empresarial e administrativo interessada na conversão em massa, como a Igreja Universal do Reino de Deus, principal representante do segmento neopentecostal, iria se importar com religiões (candomblé, umbanda e espiritismo) que, juntas, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, somem apenas 1,7% da população?... O ataque neopentecostal não seria “muita pólvora para pouco passarinho”? Ou seja, o “bom combate” a ser travado não seria contra o catolicismo, que, apesar da diminuição de fiéis verificadas nas duas últimas décadas, ainda representa, segundo as mesmas fontes, 73,7% da população? Mas como declarar guerra aberta a esse monopólio religioso que possui vínculos com diversas esferas da sociedade brasileira? O episódio do “chute na Santa” e suas repercuções negativas são um bom exemplo da dificuldade desse enfrentamento aberto. O ataque às religiões afro-brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidora dos repertórios religiosos afrobrasileiros e neopentecostais, como querem alguns estudiosos, parece ser uma espécie de estratégia à la “cavalo de Troia” às avessas. Combate-se essas religiões na tentativa de monopolizar seus principais bens de mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do transe religioso, transformando-o em um valor interno do sistema neopentecostal. Em posse destes é possível partir para ataques às outras denominações cristãs com maiores chances de vitória (SILVA, 2012, p. 220-221).

Portanto, o malogro da experiência colonial, associado ao discurso extirpador das religiões afro-brasileiras por meio da sua 'demonização', que implica numa atitude nefária, tenta atribuir a correlação do que vem do negro como algo negativo, pejorativo. Tudo isso converge ao entendimento de que essa aversão às religiões de matrizes

africanas está ligada a uma questão racial ainda muito forte no país. Neste sentido Jones conjectura:

Usualmente, tanto as formas manifestas quanto as forma ocultas de racismo são intencionais. As formas não-intencionais de racismo ocorrem, muitas vezes, quando as complexas inter-relações entre as instituições da sociedade fazem com que os efeitos a longo prazo de uma prática institucional sejam negativos para os negros. (JONES, 1973, p. 117).

Essas considerações colocam-nos em face da seguinte observação: a modernidade está assentada sobre o racismo e a antinegritude. Essa é uma tese a ser considerada, inclusive devido ao fato de alterar, sobremaneira, as possibilidades de leitura desses fenômenos “histórico-culturais” como a chamada intolerância religiosa, ou como usualmente tem-se classificado como “racismo religioso” no Brasil. Portanto, o racismo é um *modus operandi* estruturante.

De fato, no Brasil, com sua maioria declaradamente católica, estes, por sua vez, tendem a não enfrentar situações de preconceito com outras religiões, mas em regiões nas quais os cristãos são minorias, tais como estados islâmicos, locais como a Síria, cristãos estão sendo assassinados.

De acordo com a Fundação AIS, a religião cristã "têm sido o alvo dos movimentos religiosos nacionalistas – muçulmanos, hindus, judeus e budistas – muitos dos quais vêem o cristianismo cada vez mais como uma importação estrangeira ‘colonial’" (AIS, 2015, p. 05). Deste modo, a fundação preceitua que os cristãos são olhados com suspeição e ligados ao Ocidente, considerados, portanto, corruptos e exploradores (AIS, 2015). Por consequência disso, é considerada a religião mais perseguida no mundo, seja por meio de torturas, prisões e mortes. Nessa vertente, o que se percebe é que a lógica é exatamente a mesma.

Normalmente, a pessoa intolerante à religião do outro, é também intolerante em situações outras das mais diversas, seja por sua orientação sexual, aspectos de natureza social, e, também, naturalmente, pela religião. Neste sentido, Bourdieu salienta:

As crenças e práticas comumente designadas cristãs (sendo este nome a única coisa que têm em comum) devem sua sobrevivência no curso do tempo à sua capacidade de transformação à medida que se modificam as funções que cumprem em favor dos grupos sucessivos que as adotam. (BOURDIEU, 2002, p. 52).

Em suma, a recorrência de episódios de intolerância, de ódio e perseguição está correlacionada a diversos fatores, um deles se deve às questões políticas. Grupos como esses têm demonstrado, nos últimos anos, projetos políticos muito grandes, de tal modo, escolhendo um alvo como inimigo, que por sua vez “emerge para comunicar posicionamentos, ora como meio de ocultar outras intenções, ora como forma de identificação que fortalece o capital político” (CUNHA *et al.*, 2014, p. 10).

O desconhecimento manifesto em face dessas religiões também se constitui num importante fator para o ataque. Normalmente, o racista religioso não vê na religião o auxílio ou uma melhora pessoal, mas algo que o alimenta ideologicamente, e isso acaba agravando e acarretando em situações de violência.

Outro aspecto ligado a essa intolerância se deve à diversificação do campo religioso brasileiro, tendo-se em vista que o último censo de 2010 mostra que a religião hegemônica – o catolicismo vem decrescendo, com isso, abrindo espaço para certa diversificação deste campo, e com isso tem-se o grande aumento do público de evangélicos.

Para os detratores de religiões de matrizes africanas, como a umbanda e o candomblé o ataque é uniforme, sem distinção à religião. Isso alude à dificuldade do indivíduo em conseguir conviver pacificamente com a diferença. Assim, tendem a acreditar que estas anulam seu ponto de vista, seus argumentos, acreditando que dialogar significa se convencer do que o outro está dizendo ou abrir mão do que pensa, quando é justamente o contrário. Ainda que o conflito insurja em toda situação social em que se compartilham espaços coletivos, o diálogo, na realidade, torna-se fundamental, pois o mesmo não implicará em abrir mão da identidade do sujeito, mas sim dispor da capacidade de aprender a integrar de forma mais harmoniosa.

Tudo isso aflui para a importância de novas configurações religiosas às quais o diálogo inter-religioso seja o foco, constituindo-se, por sua vez, “num espaço singular para esta experiência de “complementaridade recíproca” entre as religiões” (TEIXEIRA, 2008, p. 16). Ainda conforme o autor, “trata-se de um dos desafios mais importantes nesse novo milênio. Longe de significar um enfraquecimento da fé, o diálogo torna-a mais profunda convocando-a a navegar em outros espaços e a se abrir a novas e inusitadas dimensões” (TEIXEIRA, 2008, p.16).

A isso cumpre acrescentar o importante papel da juventude. Os movimentos juvenis de base das diversas igrejas e religiões podem se constituir em agentes de reflexões e transformações nas quais sejam respeitadas as diferentes práticas religiosas.

Nesta perspectiva, os jovens têm uma importância fundamental nesse processo pelo fato de questionarem e trazerem essa ideia de que há um questionamento social a ser feito, um questionamento da sua própria realidade.

Nesse sentido, torna-se importante se pensar, ainda, nos corpos negros que são alvo desses processos violentos e letais. A violência, portanto, é fruto e consequência do que se chama aqui de “intolerância” e atinge, por sua vez, territórios negros e também o corpo negro, propriamente. E por isso, a ação conjunta à sociedade se faz de extrema significância no sentido de proposição de abertura de mais espaços para o diálogo, de modo a tornar-se perceptível que para que se tenha uma religião não é necessário negar a religião do próximo ou até mesmo afirmar sua religião de forma radical, como se ela fosse a única que devesse existir, mas sim de assumir-se enquanto ser reflexivo e desenvolver a capacidade de reciprocidade afetiva em relação ao outro.

Considerações Finais

A intolerância religiosa é um fenômeno complexo e múltiplo. A igreja tem raízes profundas na sociedade brasileira, sendo a maior e mais hegemônica nação católica do mundo, convergente a isso, dados oficiais apontam que menos de 1% da população brasileira pratica as religiões de matrizes africanas.

Neste sentido, especialistas alegam que estes números estão subestimados e não condizem com a realidade, pois não expressa a quantia de pessoas que juntamente com outras religiões frequentam cultos de matriz afro-brasileira.

A despeito das divergências percentuais, residem motivos históricos apresentados no decorrer deste texto, cabendo, portanto, aos cientistas sociais a investigação dos processos históricos nessa direção e a identificação dos diferentes interesses em disputa na contemporaneidade e que, por sua vez, implicam na necessidade da realização de pesquisas mais cuidadosas, as quais sejam possíveis se chegar mais próximo da religiosidade brasileira.

Com efeito, apesar de ser uma discrepância no respeito às religiões, a fé, enquanto simbologia capaz de direcionar a vida ética, moral e espiritual dos seus membros, pode repercutir num motivador para atos de violência. E o principal caminho a ser buscado é o respeito ao outro na sua expressão de fé, na sua forma de comunicar e entender que isso só nos acrescente.

As igrejas não pentecostais vêm disputando sistematicamente espaço com os terreiros. Torna-se, assim, uma disputa de mercado onde se cria uma ‘demonização’ para aqueles que participam do culto se sintam envergonhados, tenham uma baixa auto-estima e não o frequentem mais.

Grupos como esse tornam-se um risco, não apenas para a liberdade religiosa, mas também para a liberdade de expressão e a liberdade política. E para isso, a juventude tem um grande papel no sentido do seu imperativo ético, mostrando que a mudança de padrão de comportamentos implica numa renovação dos relacionamentos de modo a alterar as relações interpessoais por meio do diálogo.

Por fim, um aspecto fundamental para minimizar quadros de intolerância religiosa é a construção de uma cultura na qual sejamos capazes de nos colocar no lugar do outro para que, assim, seja possível fomentar uma cultura de respeito, pautada na constituição de novos olhares.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.

AZEVEDO, Dermi. “A Igreja Católica e Seu Papel Político no Brasil”. ESTUDOS AVANÇADOS 18 (52), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>. Acesso em 29 de nov. de 2017.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed., trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, A. M. T. *O Sujeito nas Encruzilhadas da Saúde*: um discurso sobre o processo de construção de sentido e de conhecimento sobre sofrimento difuso e realização do ser no âmbito das religiões afro-brasileiras e sua importância para o campo da Saúde Coletiva. 2005. Tese (doutorado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

CASTRO, Yeda Pessoa de. “A Influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro”. 2012. Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>. Acesso em 29 de nov. de 2017.

CUNHA, Cristina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Christina Vital da

Cunha, Paulo Victor Leite Lopes, Janayna Lui. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

FUNDAÇÃO AIS. *Perseguidos e Esquecidos?* Um relatório sobre os Cristãos Oprimidos por causa da sua Fé 2013-2015. Disponível em: http://www.acn.org.br/images/stories/miscelanea/PerseguidosEsquecidos_Breve.pdf. Acesso em 29 de nov. de 2017.

GUALBERTO, Marcio Alexandre M. *Mapa da Intolerância Religiosa - 2011* Violação ao Direito de Culto no Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/Mapa-da-intoler%C3%A2ncia-religiosa.pdf>. Acesso em 28 de nov. de 2017.

HOORNAERT, Eduardo *et al.* *História da Igreja no Brasil*: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

JONES, James. *Racismo e Preconceito*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Edgard Blücher, Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

LEITE, Serafim, S. J. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945, t. VI, 640 p.

LIMA, Ivana Stolze. *O Brasil mestiço*: discurso e prática sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/1253/1/Lima%2C%20Ivana%20Stolze%20-%20Brasil%20Mestic%C7o%20discurso%20e%20pr%C3%A1tica.pdf>. Acesso em 11 de abr. de 2018.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. “Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil”. RBSE, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html> Artigo.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos Santos. *Formação de Professores e Religiões de Matrizes Africanas*: um diálogo necessário. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando África, volume 4).

STEPAN, NL. *Eugenio no Brasil, 1917-1940*. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*: multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

SILVA, M, André da. “A História da Capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E DANÇA, VIII., 2002, Ponta Grossa, PR. As ciências sociais e a história da educação física, esporte, lazer e dança. Anais... Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Concepções Religiosas Afro-Brasileiras e Neopentecostais*: uma análise simbólica. In: PEREIRA, João Baptista Borges (Org.). Religiosidade do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

STEPAN, NL. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

TEIXEIRA, Faustino. *O Pluralismo Inclusivo de Jacques Dupuis*. In.: Afonso Maria Ligorio SOARES (Org.) Dialogando com Jacques Dupuis. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 153-177.

UNESCO. *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. rev. Brasília, 2010.

_____. *Capoeira torna-se Patrimônio Imaterial da Humanidade*. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/capoeira_becomes_intangible_cultural_heritage_of_humanity/ Acesso em 11 abr. 2018).

Recebido em: 30/11/2017

Aceito em: 10/04/2018